

DECLARAÇÃO DA COALIZÃO DO SUL GLOBAL POR DSSR E JUSTIÇA DO DESENVOLVIMENTO SOBRE O RESULTADO DA 59ª SESSÃO DA COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O fracasso da Comissão das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CPD) em alcançar um resultado consensual não é apenas decepcionante, é inaceitável.

O tema deste ano, “População, Tecnologia e Pesquisa no contexto do desenvolvimento sustentável”, deveria ter criado um espaço para convergência. Em vez disso, expôs fissuras profundas e persistentes. Após três semanas de consultas informais, seguidas por uma semana de negociações intensivas, os Estados-membros mais uma vez falharam em oferecer direção em um momento em que o mundo necessita disso com urgência.

Estamos longe de cumprir os compromissos do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), de 1994, e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para assegurar acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos. A cada ano, estima-se que 287 mil mulheres morrem por causas evitáveis; mais de 218 milhões de mulheres em países de baixa e média renda têm necessidades não atendidas de contracepção moderna; e meninas adolescentes em todo o Sul Global continuam enfrentando gravidez precoce, aborto inseguro e acesso restrito a serviços essenciais. Essas não são questões secundárias; estão no centro do desenvolvimento.

Durante a sessão, um grupo de Estados-membros buscou reverter a linguagem de consenso há muito tempo estabelecida sobre igualdade de gênero e direitos e saúde sexual e reprodutiva (DSSR), com o objetivo de enfraquecer pilares centrais do Programa de Ação da CIPD e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Isso incluiu tentativas de restringir os direitos e a autonomia corporal de mulheres e adolescentes, limitar o reconhecimento dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e reafirmar definições restritas de “família”. Essas posições seguem sendo contraproducentes. Países que restringem DSSR limitam a educação de meninas e negam autonomia a mulheres e jovens enfrentam taxas mais altas de fecundidade, piores resultados em saúde e crescimento econômico mais lento.

Visões divergentes sobre questões de justiça do desenvolvimento também ampliaram os desafios. Surgiram diferenças significativas em elementos do direito ao desenvolvimento, como a transferência de tecnologia e os direitos de propriedade intelectual – temas que refletem desigualdades estruturais mais profundas entre o Norte e o Sul Global. A transferência de tecnologia é frequentemente debatida em outros fóruns da ONU, incluindo a Assembleia Geral,

onde muitas vezes se alcança consenso¹. As conexões entre a justiça do desenvolvimento e o DSSR são estruturais. Sem acesso equitativo à tecnologia, sem abordagens justas quanto à propriedade intelectual e sem cooperação genuína, o progresso em DSSR ficará estagnado. E, sem o DSSR, o desenvolvimento sustentável permanecerá fora do alcance. A rigidez demonstrada por alguns Estados-membros do Norte Global nesta sessão — incluindo apoiadores tradicionais dos DSSR — foi profundamente decepcionante. Essas posições restringiram o espaço para acordo e enfraqueceram as perspectivas de solidariedade.

Ao mesmo tempo, as ações dos Estados Unidos, que repetidamente obstruíram o progresso em igualdade de gênero, em DSSR e em questões mais amplas de justiça do desenvolvimento, minaram a cooperação multilateral.

Apesar disso, muitos Estados-membros atuaram de forma construtiva durante a sessão, em esforços para identificar convergências e construir consenso. O segundo texto revisado demonstrou considerável habilidade em equilibrar prioridades concorrentes e ofereceu um caminho crível, ainda que imperfeito, para o consenso.

Vale lembrar que a Comissão sobre População e Desenvolvimento é o único fórum que reúne as questões de DSSR, igualdade de gênero e direito ao desenvolvimento — elementos centrais do Programa de Ação da CIPD. O resultado reforça a importância de aprofundar a compreensão das conexões entre justiça do desenvolvimento e DSSR — uma abordagem defendida pela Coalizão do Sul Global por DSSR e Justiça do Desenvolvimento desde sua fundação.

O resultado também reforça a necessidade de proteger, e não enfraquecer, as instituições multilaterais centrais que impulsionam essas agendas. Propostas para fundir o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) com a ONU Mulheres correm o risco de enfraquecer a liderança técnica e os programas necessários para cumprir o Programa de Ação da CIPD e os ODS. O UNFPA permanece como o principal parceiro global dos Estados-membros, particularmente no Sul Global, em DSSR e em mudanças demográficas, e esse papel deve ser preservado.

Com vistas à 60ª sessão, cujo tema será *população, erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável*, é fundamental que os Estados-membros mudem a sua forma de atuação. O Sul Global não pode continuar absorvendo os custos da inação. Construir solidariedade em torno de questões centrais do desenvolvimento será necessário para proteger o multilateralismo, preservar os mandatos do UNFPA e da ONU Mulheres e garantir os DSSR e a justiça do desenvolvimento para todas as pessoas.

¹ Por exemplo, os Estados-membros concordaram recentemente com a “transferência de tecnologia em termos mutuamente acordados” no documento final da reunião de alto nível sobre a revisão geral da implementação dos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, bem como na Resolução 79/194 da Assembleia Geral sobre Tecnologias da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável, na Resolução 80/133 da Assembleia Geral sobre Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento Sustentável, e na Resolução 80/147 da Assembleia Geral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, entre outras.